

Agenda Semanal do Congresso Nacional: veja os destaques da semana de 5 a 9 de dezembro de 2022

06.12.2022 11 minutos de leitura

Autores

André Macedo de Oliveira

Giovani Menicucci

Áreas relacionadas

Relações Governamentais

Assuntos

[Informativos](#) [Agenda do](#)

[Congresso Nacional](#) [Relações Governamentais](#)

O Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal se reunirá nos dias 6/12, 7/12 e 8/12 para análise de propostas. Entre elas, destaque para as seguintes: PL n. 2.703/2022, que acrescenta doze meses ao prazo em que pode ser protocolada solicitação de acesso na distribuidora sem que sejam aplicadas novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica. MP n. 1.133/2022, que pretende dinamizar a mineração de minérios nucleares no Brasil, atrair investimentos privados, dar maior segurança jurídica a essas atividades, fortalecer a regulação, segurança nuclear, a proteção ao meio ambiente e à população, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico e social em Pauta no Plenário do Senado Federal.

A Comissão Externa destinada a acompanhar e fiscalizar a repactuação do acordo referente ao Rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco realizará audiência pública para avaliação e debate sobre a repactuação do acordo de Mariana. A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural promoverá audiência pública sobre o impacto das chuvas em Minas Gerais. A Comissão de Minas e Energia realizará audiência pública sobre os critérios de operação, uso múltiplo das águas e da cota mínima de 762 metros para a represa da usina de Furnas.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisará as seguintes matérias: PL n. 5.379/2019, que dispõe sobre os direitos básicos das microempresa e empresas de pequeno porte; PL n. 7.316/2002, que trata da utilização de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação; PL n. 4.323/2019, que dispõe sobre os critérios de elegibilidade, vedações, impedimentos e o processo de escolha dos Conselheiros do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica e o PL n. 1.269/2022, que modifica a Lei de Improbidade Administrativa para tratar dos efeitos jurídicos das declarações de indisponibilidade de bens.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal analisará o PL n. 144/2018, que acrescenta à Lei de Defesa da Concorrência a conduta caracterizada como "exercer o direito de petição ou de ação com finalidade ou de forma anticompetitiva – sham litigation" no rol de infrações à ordem econômica. A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados realizará audiência pública sobre os projetos de concessão da BR040/495/MG/RJ e da BR040/DF/GO/MG. O objetivo da audiência pública é esclarecer a demora do processo de licitação e obter informações sobre os cronogramas das obras, aponta Deputado Padre João (PT/MG).

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços deliberará o PL n. 3599/2020, que trata sobre a regulamentação do serviço de entrega de mercadorias com o uso de bicicleta por intermédio de empresa

de plataforma digital e o PL n. 380/2021, que dispõe sobre realização de reuniões e assembleias gerais por pessoas jurídicas de direito privado e convocação de assembleias gerais por sociedades cooperativas.

Confira abaixo os principais assuntos da semana em tópicos:

- Comissão Externa destinada a acompanhar e fiscalizar a repactuação do acordo referente ao Rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco **realizará audiência pública para avaliação e debate sobre a repactuação do acordo de Mariana.**
- **Utilização de assinaturas eletrônicas e prestação de serviços de certificação** em análise pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.
- Modificação na Lei de Improbidade Administrativa quanto aos **efeitos jurídicos das declarações de indisponibilidade de bens** em deliberação na CCJC da Câmara dos Deputados.
- **Critérios de elegibilidade, vedações, impedimentos e o processo de escolha dos Conselheiros do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica** em análise na CCJC da Câmara
- **Proibição de cláusulas restritivas sobre a permanência de animais domésticos** na convenção, regulamento ou regimento interno dos condomínios – Solicitação de regime de urgência em Pauta no Plenário da Câmara
- Estabelecer prazo adicional de um ano para a solicitação de acesso à rede da distribuidora, sem que sejam aplicadas novas regras tarifárias menos vantajosas às **unidades de micro e minigeração distribuída de energia elétrica** em Pauta no Plenário da Câmara
- Votação do Parecer elaborado pelo relator do Grupo de Trabalho destinado a modificar o **Código de Mineração** (Decreto-Lei n. 227/1967).
- Permitir a opção pelo Simples Nacional às microempresas e empresas de pequeno porte prestadoras de serviços advocatícios em discussão na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.
- **Regulamentação do serviço de entrega de mercadorias** com o uso de bicicleta por intermédio de empresa de plataforma digital e **realização de reuniões e assembleias gerais por pessoas jurídicas de direito privado** e convocação de assembleias gerais por sociedades cooperativas em Pauta na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.
- Acrescentar à Lei de Defesa da Concorrência a conduta caracterizada como **“exercer o direito de petição ou de ação com finalidade ou de forma anticompetitiva – sham litigation”** no rol de infrações à ordem econômica em Pauta na CAE do Senado Federal.
- Medida Provisória que pretende dinamizar a mineração de minérios nucleares no Brasil, **atrair investimentos privados, dar maior segurança jurídica a essas atividades, fortalecer a regulação, segurança nuclear,** a proteção ao meio ambiente e à população, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico e social em Pauta no Plenário do Senado

Nosso time de Relações Governamentais está à disposição caso necessite de mais informações.

Câmara dos Deputados | 5 a 9 de dezembro de 2022

6 de dezembro, terça-feira

9h Comissão Externa destinada a acompanhar e fiscalizar a repactuação do acordo referente ao Rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco

Audiência Pública: **Avaliação e debate sobre a repactuação do acordo de Mariana.**

Convidados: LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO, Conselho Nacional de Justiça; JARBAS SOARES, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais;

LUCIANA GOMES FERREIRA DE ANDRADE, Procuradora-geral de Justiça do Estado do Espírito Santo; CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA, Procurador da República do Ministério Público Federal em MG; RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; GILMAR ALVES BATISTA, Defensor Público-Geral do Espírito Santo; IGOR ETO, Secretário de Governo do Estado de Minas Gerais; BEATRIZ CERQUEIRA, Deputada Estadual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; ÂNGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS, Prefeito Municipal de Ouro Preto; LELECO PIMENTEL, Deputado estadual eleito por Minas Gerais; JOCELI ANDRIOLI, Direção Estadual do MAB/MG; HEIDER BOZA, Direção Estadual do MAB/ES; SILVIO NETTO, Direção Nacional do MST;

WELLINGTON AZEVEDO, Representante do Fórum Permanente em Defesa da Bacia do Rio Doce; MARCELO MOREIRA SANTIAGO, Comissão para o Meio Ambiente da Província Eclesiástica de Mariana; RODRIGO PIRES VIEIRA, Secretário Executivo da Cáritas Regional Minas Gerais.

10h Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Audiência Pública sobre o Impacto das chuvas em Minas Gerais.

10h Comissão de Minas e Energia

Audiência Pública: **Critérios de operação, uso múltiplo das águas e da cota mínima de 762 metros para a represa da usina de Furnas.** A cota de 762 metros é considerada suficiente para o uso múltiplo de água, atendendo os municípios banhados pelo lago de Furnas com a manutenção de atividades econômicas voltadas ao turismo, piscicultura e agropecuária. Além disso, pretende-se debater a privatização da Eletrobras, de Furnas e suas responsabilidades.

13h Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Dispor sobre **os direitos básicos das microempresa e empresas de pequeno porte** - PL n. 5.379/2019.

Utilização de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação – PL n. 7.316/2002.

Dispor sobre os **critérios de elegibilidade, vedações, impedimentos e o processo de escolha dos Conselheiros do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica** – PL n. 4.323/2019

Modificar a **Lei de Improbidade Administrativa para tratar dos efeitos jurídicos das declarações de indisponibilidade de bens** – PL n. 1.269/2022

13h55 Plenário

Urgência na apreciação do PLP n. 178/2021, que institui o **Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias** - REQ n. 108/2022

Acrescentar doze meses ao prazo em que pode ser protocolada solicitação de acesso na distribuidora sem que sejam aplicadas **novas regras tarifárias menos vantajosas às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica** - PL n. 2703/2022

Urgência para apreciação do PL n. 5.518/2020 que busca conferir **maior celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio das concessões florestais** – Req. n. 961/22

Urgência para apreciação do PL n. 61/2019, que proíbe a disposição em convenção, regulamento ou regimento interno dos condomínios **apresentar cláusulas restritivas sobre a permanência de animais domésticos em suas unidades autônomas.**

17h Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Audiência Pública: Os projetos de concessão da BR040/495/MG/RJ e da BR040/DF/GO/MG. O objetivo da audiência pública é esclarecer a demora do processo de licitação e obter informações sobre os cronogramas das obras, aponta Deputado Padre João (PT/MG).

7 de dezembro, quarta-feira

8h30 Grupo de Trabalho para discussão da Política Indústria Brasileira

Reunião do Grupo de Trabalho com os seguintes convidados: Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; CREULÚCIA ALVES DA SILVA - Coordenadora Institucional do Banco da Amazônia; Representante do Banco do Nordeste; Representante do Instituto

Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO; GIANNA SAGAZIO – Diretora de Inovação e Coordenadora Executiva da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI); Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

9h Comissão de Finanças e Tributação

Permite a opção pelo **Simples Nacional às microempresas e empresas de pequeno porte prestadoras de serviços advocatícios** - PLP n. 295/2013

Dispor sobre **a política, competência e composição do Conselho Monetário Nacional** - PLP n. 15/2021

Criação da **tarifa social de energia elétrica para os Hospitais Públicos e Filantrópicos em todo o País** – PL n. 38/2015

9h Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Consolidar o incentivo à emissão de **debêntures destinadas a projetos de investimento em desenvolvimento sustentável (debêntures verdes)** - PL n. 4516/2021

Modifica a Lei de Informática para **estabelecer prazo para que os bens de informática comercializados no País atendam a requisitos ambientais** e de eficiência energética - PL n. 1458/2022

9h30 Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Regulamentação do serviço de entrega de mercadorias com o uso de bicicleta por intermédio de empresa de plataforma digital - PL n. 3599/2020

Dispõe sobre realização de **reuniões e assembleias gerais por pessoas jurídicas de direito privado e convocação de assembleias gerais por sociedades cooperativas** - PL n. 380/2021.

9h30 Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Proposta para que a Comissão realize ato de fiscalização e controle, por meio do TCU, para apurar o risco de **aumento abusivo da tarifa de energia, decorrente da privatização da Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A** - PFC 46/2019

10h Comissão de Minas e Energia

Dispor **sobre medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica** em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus - PL n. 3741/2020.

Aprova a **Lei Marília Mendonça, que estabelece critérios para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica** - PL n. 4009/2021

Instituir a **Política Nacional de Recursos Hídricos e estabelecer diretrizes nacionais para o saneamento básico**, para dispensar de outorga e do pagamento de taxa ou de tarifa o uso de recursos hídricos em propriedades não atendidas por rede pública - PL n. 2497/2020

Estabelecer como objetivo da **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) o objetivo de prover recursos para o combate ao consumo irregular de energia elétrica** - PL n. 3419/2021

14h Grupo de Trabalho destinado a debater a alteração do Código de Mineração (Decreto-Lei n. 227/1967)

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado Joaquim Passarinho.

Senado Federal | 5 a 9 de dezembro de 2022

6 de dezembro, terça-feira

11h Comissão de Assuntos Sociais

Manutenção da qualidade de segurado das vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados – PL n. 746/2019

Alterar a CLT para dispor sobre as normas especiais de tutela do trabalho para os empregados em condomínios residenciais ou comerciais – PL n. 345/2018

Alterar a CLT para dispor sobre a discriminação e a quitação das verbas constantes em acordo homologado judicialmente – PL n. 2896/2019

14h30 Comissão de Juristas responsável por elaborar Substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil

Entrega do Relatório Final.

16h Plenário

Alterar a Constituição Federal para estabelecer os **Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração**

7 de dezembro, quarta-feira

9h Comissão de Assuntos Econômicos

Acrescenta à Lei de Defesa da Concorrência a conduta caracterizada como “exercer o direito de petição ou de ação com finalidade ou de forma anticompetitiva – *sham litigation*” no rol, não exaustivo, de infrações à ordem econômica – PL n. 144/2018

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – PLP n. 127/2021

Dar o mesmo tratamento aos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas – PL n. 581/2019

16h Plenário

Medida Provisória que pretende dinamizar a mineração de minérios nucleares no Brasil, atrair investimentos privados, dar maior segurança jurídica a essas atividades, fortalecer a regulação, segurança nuclear, a proteção ao meio ambiente e à população, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico e social – MP n. 1.133/2022

Conceder novo prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – PL n. 798/2021

8 de dezembro, quinta-feira

16h Plenário

Instituir o **Dia Nacional da Proteção de Dados** – PL n. 2076/2022

Destaques da semana anterior | 28 de novembro a 2 de dezembro de 2022

- Regulamentação da telessaúde volta à Câmara após aprovações de mudanças pelo Plenário do Senado Federal
- Relator propõe mudanças no Código de Mineração na Câmara. Entre outras mudanças, a proposta amplia o conceito de garimpagem, impede a prorrogação sucessiva de autorizações para pesquisa mineral e responsabiliza o minerador pela recuperação ambiental das áreas impactadas
- Regulamentação do mercado de criptomoedas aguarda sanção presidencial

- Projeto que regulamenta o lobby será analisado no Senado após ser aprovado pela Câmara
- Comissão de juristas aprova texto com regras para inteligência artificial

Fonte: Agência Câmara e Senado de Notícias

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



André Macedo de Oliveira



Giovani Menicucci